

# NEM RARA, NEM AUSENTE – TENTATIVA

**José Luiz Braga<sup>1</sup>**

**Resumo:** *O artigo propõe uma tese sobre os fenômenos comunicacionais, caracterizando-os como “tentativos”. São tomadas como referência inicial as cinco teses apresentadas por Ciro Marcondes em 2004, que trabalham a raridade comunicacional e referem um ponto de vista sobre a inexistência da comunicação. Em articulação e tensionamento com estas teses, o artigo desenvolve a proposição de que o caráter tentativo se manifesta na probabilidade variável de atingimento de objetivos comunicacionais; e em graus de imprecisão do próprio processo. Relaciona estas características tanto aos processos dos participantes quanto aos dispositivos interacionais acionáveis. Uma reflexão sobre códigos e inferências é apresentada para dar sustentação epistemológica à tese defendida. Nas conclusões, propõe-se o interesse de seu acionamento como hipótese heurística para a pesquisa empírica e para o trabalho praxiológico no campo da comunicação.*

**Palavras-Chave:** *Probabilidade. Comunicação tentativa. Dispositivos interacionais. Inferências abduativas.*

« ... il y aura toujours une marge d'indécision; la distinction ne sera pas source de classements sûrs, le paradigme grincera, le sens sera précaire, révoquant, réversible, le discours sera incomplet »<sup>2</sup>  
(Barthes, *Le plaisir du texte*, 1973, p. 10)

## 1. Introdução

O presente artigo propõe uma tese sobre os fenômenos comunicacionais, caracterizando-os como “tentativos”. Uma referência preferencial para o desenvolvimento desta perspectiva é o conjunto de cinco teses propostas por Ciro Marcondes em sua obra de 2004, “Até que ponto, de fato, nos comunicamos”.

Percebemos um movimento em comum entre nossa proposição e as perspectivas de Marcondes, tanto por uma sintonia com características que o Autor propõe para o fenômeno comunicacional, como por determinados elementos instigantes e corroboradores com os quais dialogamos. Por outro lado, nossa tese se desenvolve como uma diferenciação a partir daquelas proposições, procurando reinscrever algumas características em outro âmbito, o que as modifica.

---

<sup>1</sup> Professor Titular no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. Doutor em Comunicação pela Universidade de Paris II, Institut Français de Presse, 1984.

<sup>2</sup> “... haverá sempre uma margem de indecisão; a distinção não será fonte de classificações seguras, o paradigma rangerá, o sentido será precário, revogável, reversível, o discurso será incompleto” (tradução nossa).

Consideramos os processos comunicacionais como tentativos em pelo menos dois aspectos. Em todo episódio comunicacional, a existência de uma margem, maior ou menor, de ensaio-e-erro torna os resultados probabilísticos, qualquer que seja o critério adotado para considerar o sucesso da interação. O “tentativo” corresponde, também, a algum grau de imprecisão (incerteza, multivocidade) em todos os passos do processo.

Para dar direcionamento e substância a esta tese, assim como para explicitar sua abrangência, organizamos o artigo em quatro itens. Inicialmente, fazemos uma referência às cinco teses de Ciro Marcondes. Em seguida, a proposição da “comunicação tentativa” é desenvolvida pela exposição de seus aspectos constituintes. No terceiro item busca-se dar sustentação epistemológica à proposição, apresentando uma reflexão sobre códigos e inferências. Na conclusão, nossa tese é retomada em outra notação, como hipótese heurística.

## **2. As cinco teses de Ciro Marcondes**

Não faremos uma análise detalhada das teses – que mereceriam um artigo específico, voltado exclusivamente para seu estudo. O objetivo, aqui, é apenas o de assinalar determinados aspectos mais relevantes para nossa elaboração. As cinco teses (Ciro Marcondes, 2004) são as seguintes:

- 1) “Não nos comunicamos pela língua estruturada porque ela mascara a comunicação” (p. 83).
- 2) “Não existe comunicação porque somos ‘sistemas fechados’” (refere Niklas Luhmann; p. 85).
- 3) “As comunicações são antes extralingüísticas e promovidas pela interação humana” (p. 88).
- 4) “Na linguagem estruturada, a comunicação torna-se ritualizada, não diz nada, por isso, buscamos outras formas, menos codificadas, menos ineficazes. Por exemplo, no silêncio, no toque físico, nos ambientes” (p. 93).
- 5) “Há labirintos na comunicação, pelos quais a realização da comunicação é o poder de driblar a proibição de se comunicar imposta pela ‘sociedade da comunicação’” (p. 98).

As teses 1/3/4/5 compõem, em conjunto, uma perspectiva articulada sobre os fenômenos comunicacionais. O principal aspecto corresponde a uma desconfiança com relação à “língua estruturada”. Essa desconfiança decorreria da facilidade com que ocorre

uma cristalização institucional: “a linguagem produz sensações invariáveis, fixas” (2004, p. 84). Há então uma regularidade autonomizada que leva à perda de flexibilidade.

A comunicação teria, assim, melhores chances em espaços extralingüísticos. Marcondes lembra, com Piaget, que antes do *cogito* individual – a separação entre o “eu interno” e o mundo externo – o processo de relação com o mundo, nas crianças pequenas, é o da indistinção. Usa aí a expressão de Merleau-Ponti “fusão de todas as consciências” (p. 89). Com aquela separação, permanece entretanto a “consciência sensível [que] entra em conflito com a consciência intelectual” (p. 89).

As palavras estando preferencialmente relacionadas com a consciência intelectual, Ciro Marcondes vai buscar outros processos de interação. Apoiando-se em Merleau-Ponti, propõe que no diálogo “as palavras não podem limitar-se à significação conhecida, elas têm de nos lançar numa significação nova que não conhecíamos” (p. 91).

O autor distingue “comunicação formal” e um “segundo nível de comunicação”, pela sensibilidade. “As palavras estão aquém da tradução de todo esse mundo interior” (p. 96). A “comunicação de consciências” (Merleau-Ponti) “opera num outro nível, numa dimensão além da norma” [...]. “E isso não se codifica em linguagem, antes, é captado por outros meios” (p. 99).

Além dos limites postos pela comunicação formal, há um alerta contra os grandes sistemas, que difundem mensagens mas não comunicam. Os sistemas de relacionamento iludem – “é difícil fazer com que o outro sinta as coisas que estamos sentindo” [...] “Mais difícil ainda, se não impossível, é [...] instalá-los no interior de nossa alegria ou de nossa dor” (p. 98).

Conclusivamente, “a realização da comunicação é o poder de driblar a proibição de se comunicar imposta pela ‘sociedade da comunicação’” (p. 98).

Em tonalidade dissonante com as proposições acima, a segunda tese expressa a posição de Luhmann: os sistemas sociais são fechados – as pessoas como os demais sistemas. Tais sistemas não se comunicam com o “mundo externo”, o que é exterior apenas *irrita* o sistema. Como o processo principal do sistema é a busca da auto-regulagem, diante da irritação contínua reformulações são realizadas apenas pelo próprio sistema, com seus critérios internos. Os sistemas sociais comunicam *internamente*, mas não se comunicam com o mundo externo. Em síntese: não existe comunicação.

Ao final do trecho, Ciro Marcondes informa expressamente seu desacordo. Com Merleau-Ponti, observa que “o mundo entra em nós e nós no mundo. É o oposto de Luhmann” (p. 88). Em contraposição a ver “os sistemas, homens e mundo, como mônadas isoladas”, considera que “a comunicação é efetivamente interação, pela qual surge algo de verdadeiramente novo” (p. 88).

Seria possível estranhar que o autor inclua entre suas cinco teses, uma da qual efetivamente discorda. Pode-se, entretanto, rastrear o espaço de validade dessa inclusão. Com Niklas Luhmann, Marcondes se preocupa com as auto-regulagens sistêmicas, que criam barreiras e imutabilidades. Em um mundo de autonomização das instituições, pode-se inferir que isso efetivamente restringe a interação, particularmente se considerarmos que o institucional penetra o indivíduo e o conforma. De nossa parte lembramos, com Vincent Descombes (1996, p. 280), que “a linguagem é [...] uma instituição social”.

Assim, percebemos que há aspectos da tese de Luhmann que reforçam e complementam as teses de Ciro Marcondes. As cinco teses podem ser então sumariadas em uma proposição articuladora do conjunto. A língua estruturada (aspectos de codificação ritualizada, rígida) mascara a comunicação (T1). Esta deve ser, então, buscada (produzida) em processos interacionais extralingüísticos (isso corresponde a considerar que a interação humana *precede a linguagem*) (T3). Formas menos codificadas que a linguagem estruturada favorecem a comunicação (T4). Apesar de os sistemas instituídos serem fechados (T2 – Niklas Luhmann) existe a possibilidade de driblar os limites impostos pela “sociedade da comunicação” (caracterizada justamente por tais sistemas, que são os grandes meios) (T5). A comunicação verdadeira é assim a que consegue, por processos sensíveis e por trabalho de interstícios, eludir os processos dominantes, de codificação rígida, encontrar porosidade nos sistemas fechados. Os argumentos apresentados redirecionam a tese da impossibilidade comunicacional de Luhmann para uma inferência de raridade.

\*

O desacordo relativo que queremos expor não corresponde ao teor geral da proposição, refere-se antes à abrangência assumida. Percebemos um âmbito em que a tese é válida – e no qual ocorrem processos comunicacionais efetivamente raros. Mas consideramos que tais fenômenos e tal âmbito de raridade não respondem pela totalidade do fenômeno comunicacional. Mais: entendemos que é no âmbito geral, de processos muito mais diversos (em modos e resultados) que devemos encontrar a explicação da própria existência disso que

Ciro Marcondes considera como “a comunicação”, e ainda a explicação da raridade desse *modo interacional* específico, que podemos chamar de “comunicação-comunhão”.

Marcondes enfatiza, na maioria das cinco teses, as comunicações interpessoais, entre o “eu” e o “outro” – no esforço de reconhecimento mútuo. No mesmo movimento, adota e enfatiza um valor essencialmente alto de “comunicação”. Ou seja: para o Autor, “comunicação” é a *boa comunicação*, bem sucedida, que articula, integra, vincula, e cria reconhecimento mútuo.

É claro que é possível fazer tal preferência – e nesse âmbito restrito, as teses não só se verificam, mas constroem conceitualmente o espaço de sua afirmação. *Nesse espaço*, são verificáveis. Não se pode negar o valor dessa busca dos lugares de forte exigência ética, estética, psicológica e social da comunicação como processo de *encontro*, da “comunicação rara”.

Mas se circunscrevemos o olhar a este aspecto, ficamos adstritos – diante de todos os fenômenos interacionais que constituem a prática humana e desafiam o conhecimento – seja a negá-los enquanto “comunicacionais”, restando o problema de definir *o que são*; seja a desdenhá-los por seu baixo valor, arriscando perder de vista tudo o que, mesmo de modo canhestro, vai constituindo uma vida cotidiana – que afinal é onde surgem aqueles raros lampejos de encontro com o mundo e com os outros. Em qualquer dos dois casos, o conhecimento se auto-limitaria.

Assim, em coerência com nossa tese, “comunicação” não é só aquela de valor alto, do sucedimento precioso e raro – mas toda troca, articulação, passagem entre grupos, entre indivíduos, entre setores sociais – frequentemente desencontrada, conflitiva, agregando interesses de todas as ordens; marcada por casualidades que ultrapassam ou ficam aquém das “intenções” (que aliás podem ser válidas ou rasteiras). Comunicação é o processo voltado para reduzir o isolamento – quaisquer que sejam os objetivos e os modos de fazê-lo. A comunicação é sempre performativa, qualquer que seja o resultado – admitindo, exatamente porque “tentativos” (com baixa probabilidade e baixa precisão), que o ajuste e a sintonia são apenas aproximadamente previsíveis, geralmente de reduzida qualidade. Mas é isso, creio, que precisamos entender como funciona, quais as margens de “aperfeiçoamento probabilístico”, e quais os espaços em que é da própria imprecisão que se espera a flexibilidade para o humano e para o social. Pois é essa imprecisão mesma que, em algumas

situações, equilibra a opressão comunicacional e se põe como barreira última para o “pensamento único”.

*Dentro desse processo geral*, por sua própria essência tentativa, e pela conjunção às vezes casual de circunstâncias favoráveis, eventualmente ocorrem os momentos raros de uma “comunicação/comunhão”. Mas nossa perspectiva faz considerar todo o espectro comunicacional – envolvendo as comunicações de valor alto e de baixo valor, digamos cotidianas; bem ou mal sucedidas; e, particularmente, incluindo múltiplos processos e objetivos moduladores: estéticos, afetivos, racionais, intelectuais, científicos, práticos, políticos, etc.

### **3. A comunicação é tentativa**

Em artigo anterior, ao discutir questões de Estética & Comunicação (Braga, 2007c), referimos autores que assinalam uma passagem do foco na obra para uma ênfase na experiência, tornando a questão estética essencialmente relacional. Com isso, a obra deixa de ser o núcleo para o qual convergem as atenções, passando a ser visto como “*médium* que permite aos sujeitos tomarem consciência de sua própria experiência” (Guimarães, Leal e Mendonça, 2006, p. 8).

Assinalamos então que essa transição leva a uma mudança de escala, tornando a experiência estética apenas probabilística e não necessariamente vinculada ao alto valor da obra.

Em nossa pesquisa atual (Braga, 2007b), ao estudar um conjunto de artigos apresentados na Compós, que relatam ou referem pesquisas empíricas, começamos a perceber a possibilidade de uma ampliação da abrangência dessa visada probabilística. Transversalmente a diferentes temas, objetos, abordagens e referências teóricas, os diferentes fenômenos comunicacionais estudados nestes artigos desprendem – à nossa leitura – algum aspecto de processualidade interacional tentativa.

Como já expresse na formulação inicial da tese, na Introdução, dois ângulos caracterizam a perspectiva de que a comunicação é tentativa. Pelo primeiro ângulo, os episódios comunicacionais são probabilísticos – significando que *alguma coisa pode acontecer*. Por este aspecto, então, devemos perceber diferentes graus de probabilidade, desde

uma efetiva ocorrência de resultados até uma baixa ou nula probabilidade. O que envolve, é claro, estudar as condições que levam a tal variação.

Pelo segundo ângulo, os processos comunicacionais são aproximativos – correspondendo a comportarem maior ou menor precisão (dentro de diferentes critérios, eventualmente internos, de “precisão”). Apreender as condições de ajuste entre os processos concretos de comunicação e a acuidade de sua realização envolve uma discussão do que se possa considerar “sucesso” comunicacional, juntamente com os critérios adotados no processo para julgar seu bom sucedimento.

Afirmar a comunicação como “tentativa” não corresponde a dizer que ela se realizará ou não – em uma postura “tudo ou nada” – o que levaria à simples confirmação da raridade de sua ocorrência. Não parece ocorrer, na sociedade, uma alternativa mutuamente excludente entre uma comunicação perfeita e uma ausência radical de comunicação. Estas duas possibilidades seriam apenas os extremos de uma dimensão contínua, com graus e níveis diferenciados de atingimento.

Esse processo determina uma diversidade probabilística complexa – até porque os critérios de “sucesso interacional” podem ser múltiplos, para uma mesma interação. Os critérios variam conforme as intenções dos participantes, a clareza dos enunciados, o atendimento de objetivos diversos, o equilíbrio ou desequilíbrio entre os participantes, etc.

É preciso então não confundir “comunicação” com “comunicação bem sucedida” ou com “comunicação de boa qualidade”. É claro que valores altos e sucesso devem ser compreendidos e buscados, assim como a seus critérios – mas devemos ter uma apreensão mais abrangente do processo, mesmo em seus “desvios”, ineficácias, valores baixos, resultados canhestros, inclusive para compreender o que se define aí como valor.

Os próprios critérios são parte do problema comunicacional. Critérios de eficácia e de valor fazem parte das coisas que precisam ser socialmente negociadas por meio de processos comunicacionais e serão diferentemente tratados conforme as diversas questões que modularão os processos. A adoção – expressa ou implícita – deste ou daquele critério deve ser própria ao regime comunicacional específico (socialmente *instituído*). O que em um regime seria considerado sucesso pode ser visto, em outro regime, como frustrante.

Ao mesmo tempo, tais critérios de sucesso, em perspectiva construcionista, são provavelmente deslocados *através do exercício social mesmo de sua busca*. O que significa

que deve ser difícil, senão impossível, estabelecer critérios apriorísticos para “sucesso” na tentativa interacional que é a comunicação.

Não devemos, entretanto, fazer coincidir “processo tentativo” com aquilo que o *enunciador* tenta obter em um episódio comunicacional. O sucesso dessa tentativa parece corresponder à eficácia do enunciador em comunicar aquilo que pretende (seja informação, proposição polêmica, interpretação, estímulo estético ou sentimento).

Certamente, o que podemos chamar de “tentativa do participante” é uma parte relevante de nossa tese. Essa tentativa se expressa particularmente na busca de interpretação da mensagem em coerência com o ponto de partida (emissão). A tentativa do participante receptor, por sua vez, seria a de interpretar em função de sua visada cultural, desmontando manejos ou sutilezas da mensagem que o possam enganar, escolhendo, das mensagens, as que efetivamente lhe mereçam a sintonia, realizando a boa crítica. Mas tomar como critérios únicos de sucesso a obtenção da sintonia ou a resistência ativa do receptor sobre-enfatiza estes dois pólos – reduzindo o comunicacional aos objetivos particulares de suas partes, sem considerar o processo social mais amplo.

É relevante para nossa tese assinalar que não só os participantes em uma interação acionam suas tentativas (e obtêm ou não sucesso, em diferentes graus e modos, conforme seus próprios critérios); também *os processos comunicacionais*, em perspectiva mais abrangente que a dos participantes, são tentativos.

Podemos então distinguir, pelo menos conceitualmente, as tentativas dos participantes e as tentativas sociais que se atualizam a cada episódio interacional – *tentativas do processo*. As tentativas dos participantes (cada qual tentando ser bem sucedido em sua visada específica, na troca) se dão em um contexto processual no qual alguma coisa está em jogo. Dentro deste quadro, o participante tenta. O contexto processual não apenas diz o tipo de coisa que pode ser tentada, como também organiza as tentativas diversificadas.

O modo básico pelo qual a sociedade faz essa organização de tentativas aparece na forma de geração de *dispositivos sociais* para a comunicação. A “tentativa do processo” se manifesta pela produção social de dispositivos interacionais.

Mantemos e ampliamos o conceito de dispositivos sociais conforme expresso em “A sociedade enfrenta sua mídia – dispositivos sociais de crítica midiática” (2006). Neste livro, trabalhamos exclusivamente dispositivos críticos. Aqui, tratamos em geral de todas as



matrizes socialmente elaboradas (e em constante reelaboração) que de um modo ou outro acionamos para poder interagir e nos comunicar. Na presente tese, o que importa é assinalar que tais dispositivos (a) correspondem a tentativas sociais de geração de modos interacionais acionáveis pelos participantes; e (b) que tais dispositivos são elaborados através do processo mesmo de interações tentativas que, por aproximação sucessiva vão gerando modos e táticas acionáveis na busca de sua produtividade ampliada; desenvolvendo e triando objetivos e critérios que lhe sejam associados como indicadores de sucesso.

A geração social de “dispositivos interacionais” produz matrizes dentro das quais os participantes de uma interação dispõem de regras e padrões compartilhados como “garantia” de alguma probabilidade de sucesso e precisão; e viabiliza processos inferenciais para ajustar as regras a seus objetivos conjunturais, assim como para ajustar seus objetivos e processos às possibilidades das matrizes disponíveis. *Nesse espaço* se desenvolvem as estratégias que podem reverter em favor de um ou de outro participante.

Quando um procedimento interacional se normatiza, o uso da língua nesse espaço pode passar a contar com tal prática regular para estimular as inferências pretendidas. *Trata-se de uma tentativa de maximização para obtenção das interações requeridas.* A instituição destas regras se faz no sentido da redução dos “riscos probabilísticos”; mas os elementos tentativos estão sempre presentes – a cada dispositivo acionado, a cada episódio interacional.

Podemos considerar tais matrizes – socialmente produzidas – em diferentes níveis, desde os dispositivos conversacionais corriqueiros entre duas ou poucas pessoas, até macro-dispositivos, como processos mediatizados de massa ou redes de relacionamentos na internet. Podemos fazer perguntas sobre os elementos tentativos probabilísticos tanto no nível amplo, das grandes estruturas tecno-empresariais, como no das interações pessoais, passando pelos processos intermediários, mediatizados em organização sub-empresarial.

É claro que, em cada instância, para cada tipo de meio ou de processo comunicacional, os aspectos normatizados e as oportunidades inferenciais serão diferenciados. Mas a possibilidade de fazer a mesma ordem de perguntas, segundo uma mesma heurística, para estes diferentes objetos, deve viabilizar uma percepção das continuidades, das articulações e dos tensionamentos entre os diferentes níveis.

\*

Estamos propondo, portanto, uma característica abrangente – que não se expressa apenas em uma forma ou qualidade especial de comunicação; mas nos processos comunicacionais em geral. Essa característica não seria vista como uma interveniência ou ruído na comunicação – mas sim como um aspecto intrínseco. Consideramos que o fenômeno é *estruturalmente* tentativo e que não poderia ser de outro modo.

O resultado das interações comunicacionais será talvez tanto mais provável quanto menos modificador das relações sociais e humanas; e tanto menos provável quanto mais modificador. Mas é claro que, em determinados momentos históricos, há maior abertura para tentativas renovadoras; em outros momentos, o espaço se reduz, acossado por hipercodificações de todo tipo. Afirmar a tentativa como estrutural em comunicação corresponde a considerar que o fechamento total é impossível.

#### **4. Códigos & Inferências**

O presente item pretende fornecer uma base epistemológica para a tese de que os processos comunicacionais são estruturalmente tentativos.

Em vários ângulos, é válido enfatizar na linguagem verbal seu aspecto de “código” – na sua relação com o pensamento (“função expressiva”, em que a linguagem funcionaria como organizador/tradutor); na articulação com as coisas do mundo (“função constativa”, “função de representação”, “função descritiva”, que trataria do mundo em termos lógicos e/ou relacionados à verdade das afirmações); na perspectiva de Saussure sobre a língua, como sistema autônomo diante da realidade; em seu aspecto de “estrutura” prévia, que comandaria aquelas diferentes relações; no próprio conceito de “gramática”.

Efetivamente, toda a tradição em filosofia da linguagem sublinha, por um ou por outro aspecto, essa predominância do código. Os estudos de linguagem, mesmo quando levam em conta relações de fluxo com o que não é código, geralmente elaboram sua reflexão tomando-o como ponto de partida ou de chegada. Isso parece ocorrer também quando, ultrapassando o foco no verbal, tratam de outras substâncias – som, imagem, gesto. O que se procura nestas são sobretudo os elementos regrados, mesmo quando estas substâncias não autorizam mais que uma categorização de para-código às construções observadas. É assim, por exemplo, que se fala em uma “gramática da televisão”.

Quando se trata, porém, *dos usos da linguagem* em situação concreta – da interação, da “fala” em perspectiva comunicacional – a concentração nos aspectos da codificação já não parecem suficientes. Isso se nota claramente na teoria dos atos de linguagem. Os enunciados – que segundo Austin, não são simplesmente “falsos ou verdadeiros”, mas, em perspectiva performativa, “felizes ou infelizes” – não o são em virtude da clareza ou do rigor do código, nem de regras formalizadas, mas sim em função de seu relacionamento não codificado com as circunstâncias variáveis da situação concreta.

Assim, para o estudo da Comunicação, sem desconhecer a forte presença e o acentuamento de elementos codificados em toda interação, e maiormente de para-códigos; o que deve ser enfatizado são os processos mais sutis e menos controláveis, não codificados, que necessariamente se põem em marcha para integrar e completar toda e qualquer comunicação, por mais codificada que esta seja. Em síntese: os processos inferenciais.

Em sua crítica ao “modelo do código”, Sperber & Wilson afirmam que “a compreensão implica mais que a decodificação da mensagem lingüística” (in Pascal Ludwig, 1997, p. 189). Na seqüência, propõem que:

há um abismo entre as representações semânticas das frases e os pensamentos realmente comunicados pelos enunciados. Este abismo não é preenchido por mais codificação, e sim pela inferência (idem, p.189) [as traduções são nossas].

E ainda:

A pragmática deve explicar como os ouvintes resolvem as ambigüidades, como completam as frases elípticas, [...] como identificam as intenções de referência assim como a força ilocucionária, [...] enfim, como recuperam o que não é senão implicitamente comunicado (idem, p. 189).

Isso corresponde a afirmar que, no processo de produção e reconhecimento do sentido, os participantes de uma interação devem produzir hipóteses para, de modo inferencial, relacionar os enunciados com o que deve ser a intenção do falante e com a situação contextual em que os enunciados são feitos.

Grice (1979, p. 57 a 72) propõe um conjunto de “regras universais” (princípio da cooperação, e regras de quantidade, qualidade, relação (pertinência) e modalidade) que se imporiam de modo universal, assegurando a interpretação dos implícitos e permitindo a recuperação de seu sentido. Sperber e Wilson consideram que “a desambiguação, bem como a determinação dos referentes, se faz sistematicamente pela interpretação mais conforme às

regras [de Grice] da conversação” (1979). Sugerem, ainda, que tais regras podem ser subsumidas a um único axioma – as inferências decorrem de um esforço de maximização da pertinência (entre a interpretação e o enunciado). O que se enfatiza aí, então, é a possibilidade de padrões lógico-dedutivos e/ou universais.

As duas perspectivas são interessantes, ao evidenciar que o código lingüístico, mesmo no rigor de sua estrutura, é insuficiente para assegurar a comunicação social. Entre o código e o seu uso, incidem as condições extralingüísticas do mundo, do pensamento, das relações entre os participantes da interação, das conjunturas do episódio – que pedem um processo adicional ativo (inferências) para completar a comunicação.

Entretanto, embora a razão e a lógica sejam pragmaticamente processos muito interessantes de maximização do rigor (redução da imprecisão) e para a ampliação probabilística do sucesso na comunicação; é importante assinalar que nem todo “programa comunicacional” humano aposta principalmente nos controles voltados para a univocidade (nem, correlatamente, para a adoção de inferências lógicas relacionadas a códigos rigorosos). Os processos estéticos, como também os afetivos e os comportamentais práticos, tendem diversamente a procurar outros âmbitos de passagem comunicacional – apostando antes em transações complexas e difusas, jogando justamente com a “tentativa” e a imprecisão na expectativa de gerar sintonias não baseadas na univocidade e sim na potencialidade de acordos compostos entre os participantes.

Assim, os processos inferenciais, mais que um jogo lógico, aparecem na forma de um problema prático, para o qual os participantes devem oferecer alguma solução – que será boa ou má; e que terá seus critérios direcionados pelas condições contextuais específicas. V.G. uma conversa de bar ou um conclave de epistemólogos.

As inferências práticas correspondem, corriqueiramente, a um processo inferencial *abduativo*. Na definição de Branquinho, Murcho e Gomes (2006), a abdução é uma “hipótese para a melhor explicação” – com base nos dados disponíveis no momento em que a hipótese se faz. *Isso quer dizer que a inferência abduativa é sempre tentativa – pois não há limite para o acréscimo de novos dados e outros aspectos contextuais, que levem a reformulações da hipótese.*

Se a interpretação (leitura) é necessária e variada mesmo nas trocas mais simples, é porque a comunicação não é feita só de acionamento de códigos – mas envolve, estruturalmente, uma parte de inferências abduativas, não calculada em abstrato e não

*totalmente* calculável nas situações concretas. Ou seja: não é possível regar previamente a precisão nem a segurança das inferências. Não é possível estabelecer um super-código que resolva todas as indefinições do código com relação à situação dada – pois este super-código, por sua vez, pediria inferências de ajuste à situação singular.

As inferências não correspondem apenas à interpretação do sentido mais provável da manifestação recebida. Voltam-se também para o melhor ajuste dessa manifestação nas perspectivas e no acervo do receptor. Isso corresponde a dizer que não se pode pensar nas inferências inerentes aos processos comunicacionais como hipóteses que levam em conta apenas a “busca do melhor sentido” ou da desambiguação da manifestação do falante. As “hipóteses para a melhor explicação” incluem referência a dados como, por exemplo, o acervo do participante-ouvinte e as condições contextuais da interação *conforme o dispositivo interacional acionado*.

Interpretar o sentido de uma fala e ajustar esse sentido ao repertório do receptor, não são dois aspectos independentes entre si. Assumimos que interpretação e ajuste reverberam mutuamente – ajustamos o sentido percebido, percebemos o sentido conforme os ajustes possíveis a nosso repertório. O resultado final desse jogo corresponde a que os episódios interacionais são inferenciais (logo, tentativos) *no seu conjunto* – pois não se trata apenas de obter a desambiguação de um enunciado, mas de obter algum tipo de ajuste em processo, entre todas as participações, e entre estas, seus contextos e seus objetivos.

Por mais que tais processos sejam marcados pela incerteza e pela imprecisão, é desse modo – tentativo – que as interações avançam e a comunicação, pragmaticamente, se desenvolve, com suas margens variáveis de ensaio-e-erro.

As inferências são largamente direcionadas pelos códigos acionados (lingüísticos, culturais, institucionais). Por sua vez, incidem sobre o código, tensionando, solapando, assoreando. No longo prazo e/ou conforme a intensidade/novidade da situação, acabam por modificar ou criar novos códigos, por transformação ou superação (ver Braga, 2009).

Assim, além de valorizar o uso conjunto de códigos e de inferências para o processo comunicacional, devemos evitar uma interpretação simples segundo a qual o código (verbal, cultural ou institucional) é uma parte sólida, rigorosa; e a inferência é um componente tentativo “adicional” ou meramente complementar. Embora dentro do código (e conforme seu grau de abertura ou fechamento) as regras direcionem largamente os processos, *os códigos são também tentativos*. Pois se produzem e desenvolvem através de interações concretas e

pelas estratégias acionadas. Isto é: se desenvolvem probabilisticamente, alguns prevalecendo sobre outros e ocupando a cena, enquanto outras tentativas de código fenecem; e funcionando, na prática, com graus variáveis de imprecisão – sendo por isso mesmo “aperfeiçoáveis” até certo ponto, segundo os critérios de suas próprias lógicas dinâmicas; mas também pelos embates que vão sofrendo a partir das condições concretas de uso (acionamento) e conforme as interfaces com as quais, socialmente, são levados a interagir.

Simplificadamente, podemos dizer que a parte de inferência é que permite atualizar o código, exercê-lo para além de um processo literal e mecânico de codificação/decodificação que não faria mais que transmitir informação – componente possível do processo comunicacional, é claro; mas nem de longe podendo caracterizá-lo como um todo.

\*

Embora o presente estudo desenvolva uma construção e uma abrangência diferenciada para abordar o fenômeno comunicacional, com relação às cinco teses de Ciro Marcondes; podemos perceber que as bases epistemológicas de nossa perspectiva apresentam forte sintonia com aquelas teses.

Algumas perspectivas básicas do texto de Marcondes são convergentes com o que acabamos de apresentar:

- há um contraponto entre linguagem estruturada e processos interacionais extracodificados;
- diante do processo ritualizado (isto é: da normatização), considera-se que formas menos codificadas podem ser mais eficazes;
- a comunicação é promovida pela interação humana; a interação precede a linguagem; há forte presença de processos extralingüísticos;
- mesmo diante de “sistemas fechados” há um espaço (que de nossa parte caracterizamos pela presença necessária de componentes “tentativos”) em que o fechamento pode ser driblado.

Podemos, então, pretender que as duas posições implicam bases dedutivas em comum, embora tais bases sejam, aqui, dirigidas para outros objetivos.

## 5. Conclusão - da tese à hipótese heurística

Uma tese corresponde à defesa de uma visão teórica sobre determinados aspectos da realidade. Nesse sentido, pretende trazer um aporte explanatório – que pode ter sido elaborado, total ou parcialmente, segundo raciocínios hipotético-dedutivos. Para validar e ampliar seu valor explicativo, entretanto, é relevante que atenda a outros requisitos além da exigência de rigor conceitual. Trata-se de acionar a tese como uma hipótese heurística. Nesta configuração, o que importa é sua potencialidade para gerar questões abrangentes, perguntas de pesquisa, modos de abordagem para tratar, com especificidade, fenômenos constatados e objetos singulares do mundo empírico, favorecendo o desprendimento de novas percepções, em vez de simplesmente fornecer uma explicação pronta sobre o mundo.

Também como hipótese heurística, a proposição pode oferecer insumos para ação praxiológica – servir de perspectiva segundo a qual não apenas se compreende a prática social diversificada, mas também se possa *pensar a prática social*. Deve servir de referência para uma ética interacional. Tal questão corresponde a formular uma pergunta do tipo: se as coisas se passam deste modo, conforme tal tese, isso deve solicitar que comportamentos sociais?

Nessa perspectiva praxiológica, podemos considerar questões como as seguintes:

- no âmbito dos processos muito regrados, como assegurar abertura e flexibilidade interacional?

- no âmbito dos processos abertos à diversidade de aportes e interpretações, como assegurar sintonia?

- em todas as dimensões, como obter boas articulações e uma dinâmica de realimentação mútua entre critérios, processos, diversidade de visadas e convergência de propósitos, na diferença? Como renovar interações em ambiente de conformidade?

Devemos notar que a maximização dos elementos “de código” (normatização) não significa necessariamente maior probabilidade e precisão; as regras podem levar também a sistemas fechados, sem flexibilidade interpretativa, “deterministas”. A abertura inferencial não significa necessariamente flexibilidade, espaço para a criatividade, democracia na participação; pode simplesmente reduzir a clareza, levar ao desentendimento ou produzir interações excessivamente dependentes do acaso.

\*

Para o trabalho investigativo – que interessa diretamente a nossa pesquisa em andamento – o objeto sobre o qual devem ser postas perguntas serão tanto *episódios singulares* de comunicação; como *dispositivos interacionais*, que se oferecem ao acionamento social ou individual. Apenas como exemplificação, podemos indicar alguns tipos de perguntas que podem ser dirigidas a tais objetos por nossa proposição hipotética:

- quais são os processos normatizados e qual o grau de abertura das regras?
- como o dispositivo lida com suas margens específicas de imprecisão e probabilismo?
- que “tentativas sociais” transcendem as metas comunicacionais singulares dos participantes? O que *a sociedade encaminha*, nos processos do dispositivo?
- que competências interacionais são solicitadas dos participantes para assegurar que o desenvolvimento de uma interação (no âmbito de determinado dispositivo) apresente boas probabilidades de realização, com adequada precisão?
- como explicitar o risco de autonomização dos códigos e sistemas de regras, que lhes retira a flexibilidade de ajustes sensíveis às situações vividas?

Uma questão adicional de pesquisa é a possibilidade de observar discontinuidades e relações de fluxo entre as “tentativas do processo” nas instâncias interpessoais e nas instâncias mediatizadas de comunicação.

\*

Na pesquisa “Casos de pesquisa empírica na constituição do Campo da Comunicação”, desenvolvemos, como um estudo de casos múltiplos, investigação sobre cem artigos apresentados na Compós, que relatam pesquisas empíricas sobre fenômenos comunicacionais. Nesse estudo, além de uma observação de cada artigo em sua singularidade (ver Braga, 2010, sobre o encaminhamento metodológico), uma abordagem transversal ao conjunto corresponde a tensionar os artigos através de perguntas abrangentes buscando, na diversidade de realizações do fenômeno comunicacional, o desentranhamento de alguns aspectos relevantes da comunicação.

A hipótese apresentada neste artigo é um dos ângulos adotados para a análise transversal. Essa investigação empírica, por sua vez, deve tensionar a hipótese, testando seus limites, estimulando especificações e permitindo desenvolver o seu rigor.



## Referências

- BRAGA, José Luiz. “Análise performativa. Cem casos de pesquisa empírica”, in Braga, José Luiz, Vassallo de Lopes, Maria Immacolata e Martino, Luiz Cláudio (orgs.), **Pesquisa empírica em Comunicação** – Livro Compós, 2010 (no prelo).
- \_\_\_\_\_. “Comunicação é aquilo que transforma linguagens” – artigo apresentado no GT Comunicação e Sociabilidade, XVIII Encontro Compós, Belo Horizonte, PUC/MG, junho, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Mediatização como processo interacional de referência”, in MÉDOLA, Ana Sílvia, ARAÚJO, Denize e BRUNO, Fernanda (orgs.), **Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática**, Porto Alegre, Sulina, 2007a.
- \_\_\_\_\_. “Casos de pesquisa empírica na constituição do campo da comunicação” (Projeto de Pesquisa), 2007b.
- \_\_\_\_\_. “Experiência Estética e Mediatização”. Apresentado no II Seminário Internacional de Experiência Estética, UFMG, Belo Horizonte, 2007c. Inédito.
- \_\_\_\_\_. **A sociedade enfrenta sua mídia – dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo, Editora Paulus, 2006.
- DESCOMBES, Vincent. **Les institutions du sens**. Paris, Les Éditions de Minuit, 1996.
- BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério, GOMES, Nelson Gonçalves. **Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos**. Editora Martins, Fontes, 2006.
- GRICE, H. Paul. “Logique et conversation”. **Communications** n° 30, Paris, 1979.
- GUIMARÃES, César, Bruno Souza Leal e Carlos Camargo Mendonça (orgs.). “Apresentação”, **Comunicação e Experiência Estética**, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.
- LUDWIG, Pascal. **Le Langage**. Flammarion, Paris, 1997.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Até que ponto, de fato, nos comunicamos?** Editora Paulus, São Paulo, 2004.
- SPERBER, Dan e WILSON, Deirdre. “La pertinence”, in Ludwig, Pascal. **Le Langage**. Flammarion, Paris, 1997.
- WILSON, Deirdre e SPERBER, Dan. “L’interprétation des énoncés”. **Communications** n° 30, Paris, 1979.